

## COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM

ATA DA TRICENTÉSIMA OITAVA (308ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM. Aos vinte e cinco (25) dias do mês de fevereiro de 2019, às 10h00, na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, reuniu-se o Conselho de Administração com a presença dos Conselheiros Silvani Alves Pereira, Pedro Tegon Moro, Almino Monteiro Álvares Affonso, André Luis Grotti Clemente, Adailton Ferreira Trindade, Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, Carlos Pedro Jens, Danilo Ferreira Gomes, Francisco Eduardo de Holanda Bessa, Julio Sergio de Souza Cardozo e Maria Lina Benini. Verificada a existência de número legal, foi declarada aberta a sessão com apresentação da seguinte pauta: 1 – Posse de membros do Conselho de Administração – O Conselho de Administração, fazendo uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 14, do Estatuto Social da CPTM e do artigo 17, da Lei Federal 13.303/2016, resolve dar posse neste ato nos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, para os quais foram eleitos o Senhor Silvani Alves Pereira, brasileiro, casado, administrador, RG nº 936.405, CPF nº 233.820.821-87, residente e domiciliado na SQS, 109 – Bloco C, apto. 606, Brasília, DF, como membro e Presidente do Conselho; o Senhor Adailton Ferreira Trindade, brasileiro, casado, Administrador, RG nº 809.817, CPF nº 317.250.151-53, residente e domiciliado na Rua 24 Norte Lote 1/2 – Bloco A, apto. 1401, Águas Claras, Brasília, DF, como membro; o Senhor Carlos Pedro Jens, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, RG nº 2.701.036, CPF nº 003.300.198-72, residente e domiciliado na Rua Dr. José Rodrigues Alves Sobrinho, 150 M-22, São Paulo, SP, como membro; o Senhor Danilo Ferreira Gomes, brasileiro, divorciado, Servidor Público, residente e domiciliado na Rua 90, nº 600, apto. 400, Setor Sul, Goiânia, GO, como membro; o Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, brasileiro, casado, Economista, RG nº 159.072, CPF nº 066.814.761-04, residente e domiciliado na SQS 105, Bloco E, apto. 304, Brasília, DF, como membro independente e o Senhor Almino Monteiro Álvares Affonso, brasileiro, viúvo, advogado, RG nº 10.869.084, CPF nº 297.058.198-15, residente e domiciliado na Rua Desembargador Ferreira França nº 40, apartamento nº 132 - Bloco A, São Paulo, SP, reconduzido como membro e não mais como Presidente do Conselho da Companhia. Cumpridas as formalidades legais e estatutárias, os Conselheiros ora eleitos foram considerados empossados, conforme Termo de Posse anexo assinado por todos os presentes. 2 – O Presidente do Conselho, Senhor Silvani Alves Pereira, abriu a reunião informando aos demais senhores membros presentes que o Conselheiro Almino Monteiro Álvares Affonso foi homenageado pela Assembleia Legislativa do Estado, no último dia 18 de fevereiro de 2019, ocasião em que recebeu o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo, tendo o homenageado recebido efusivos cumprimentos dos Conselheiros pela justa honraria recebida. 3 - O Conselheiro Julio Sergio de Souza Cardozo – Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário atualizou o Conselho de Administração acerca dos trabalhos realizados pelo referido Comitê em relação a elaboração do balanço; da nova contratação de empresa de Auditoria Independente, apuração da fraude do bilhete único, elaboração do

regimento do CAE, plano anual de auditoria, matriz de risco, convidando os Conselheiros a participarem da reunião para análise das demonstrações contábeis, agendada para o dia 01 de março de 2019, às 9 horas. O Senhor Presidente do Conselho, solicitou o registro de que a São Paulo Transporte SPTTrans não vem adotando medidas para sanar a fraude do bilhete único informando, ainda, que a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ contratou o Ernst & Young Auditores Independentes para elaboração de uma auditoria no Sistema de Arrecadação do Bilhete Único. 4 - Atualização – Plano de Previdência Complementar administrado pela REFER – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social, patrocinado pela CPTM - O Gerente de Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos – GRH, Sr. Ivan Aparecido de Souza Moreno e o Chefe de Departamento de Administração de Pessoal – DRHP José Antonio Magri introduziram a matéria aos Senhores Conselheiros, passando, em seguida, palavra ao Dr. Franco Mauro Russo Brugioni, do Escritório Raeffray Brugioni Advogados, contratado para acompanhar todas as questões relacionadas ao plano de previdência complementar administrado pela REFER. Após a apresentação, o Senhor Presidente do Conselho solicitou que quando houver alteração no andamento do referido assunto a matéria deverá ser submetida ao Conselho de Administração, solicitando, ainda, um acompanhamento do acordo a ser firmado com a União. 5 – Pagamento PPR 2018 – A Gerencia de Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos fez uma exposição acerca dos resultados obtidos no Programa de Participação nos Resultados de 2018 cujo percentual de atingimento das metas foi de 97%, resultando em um valor de aproximadamente R\$ 40.500.000,00 (quarenta milhões e quinhentos mil reais), com base na folha de dezembro de 2018, para pagamento em 2 (duas) parcelas, previstas para março e junho de 2019, cuja matéria foi aprovada pelos Senhores Conselheiros. O Conselheiro André Luis Grotti Clemente solicitou informações sobre a aplicação do teto constitucional sobre o somatório do pagamento do PPR. O Senhor Rogério Felipe da Silva, Gerente Jurídico da CPTM informou que existe uma manifestação da Procuradoria Geral do Estado – PGE nº 15/2015, que trata sobre a incidência ou não do pagamento da PPR no teto remuneratório constitucional registrando que tal participação é “desvinculada da remuneração” não cabendo, a sujeição das parcelas pagas a esse título, ao limite remuneratório constitucional. Informa, ainda, que será disponibilizado aos Senhores Conselheiros cópia da referida manifestação da PGE. 6 - Contratações com valores acima de R\$ 70 milhões – Fica determinado que as contratações com valores acima de R\$ 70 milhões deverão ser encaminhadas ao Conselho de Administração quando da aprovação do início do procedimento licitatório, quando da homologação do resultado do procedimento, bem como na formalização de aditamentos de valores e prazos em contratos superiores a R\$ 70 milhões. Foi distribuído aos Senhores Conselheiros o material que trata da convalidação da: i) aprovação preliminar da presente matéria na Reunião de Diretoria - Por intermédio da deliberação RD nº 14387 de 31 de janeiro de 2019, e nos termos do inciso XIX, Artigo 14 do Estatuto Social da CPTM, a Diretoria Colegiada propõe que o CONSAD delibere quanto a autorização prévia para início do processo licitatório para a contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL, para entrega no Centro de Carga do Submercado Sudeste/Centro-Oeste, para as subestações de Tração Elétrica da CPTM, com o fornecimento de energia elétrica convencional de 45 MW médios estimados por mês, com flexibilidade de 15%, contados a partir de Janeiro/20, respeitando-se

os requisitos previstos na legislação vigente, em especial os contidos na Lei Federal nº 13.303/2016, na modalidade Pregão. O prazo contratual previsto para a presente contratação é de 60 (sessenta) meses (janeiro/20 a dezembro/24). O valor global estimado para esta nova contratação no Ambiente de Contratação Livre é de R\$ 332.215.344,00 (Trezentos e Trinta e Dois Milhões, Duzentos e Quinze Mil, Trezentos e Quarenta e Quatro Reais), para o período de 60 meses, tendo como data base Dezembro/2018, conforme cronograma de desembolso econômico, cujos valores do MWh são estabelecidos de forma escalonada por período, com pagamentos diferenciados no transcorrer de sua vigência, ou seja, para cada período anual do contrato, os preços, doravante definidos como Preços de Energia Contratada (PEC), serão pagos com o valor definido para o correspondente período, devidamente reajustado anualmente com relação a sua data base. ii) homologação da presente matéria na Reunião de Diretoria - Por intermédio da deliberação RD nº 14411 de 14 de fevereiro de 2019, e nos termos do inciso XIX, Artigo 14 do Estatuto Social da CPTM, a Diretoria Colegiada propõe que o CONSAD delibere quanto a convalidação da homologação do Pregão Eletrônico nº 8265183061, que objetiva a prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento mensal de vale-alimentação em cotas e valores definidos, na forma de créditos a serem carregados em cartões eletrônicos/magnéticos, destinados aos empregados, alunos aprendizes e estagiários da CPTM, adjudicando o objeto à empresa TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA, pelo valor total de R\$ 92.564.813,40 (noventa e dois milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e treze reais e quarenta centavos), base janeiro/2019 e com prazo de execução dos serviços de 30 (trinta) meses. O orçamento desta contratação é de R\$ 96.181.227,60 (noventa e seis milhões, cento e oitenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), base agosto/2018, tendo sido apurado na licitação o valor total de R\$ 92.564.813,40 (noventa e dois milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e treze reais e quarenta centavos), base janeiro/2019, representando uma redução de 3,76%. iii) homologação da presente matéria na Reunião de Diretoria - Por intermédio da deliberação RD nº 14357 de 10 de janeiro de 2019, e nos termos do inciso XIX, Artigo 14 do Estatuto Social da CPTM, a Diretoria Colegiada encaminha para ciência do CONSAD a homologação da concorrência internacional nº 8411173011 - republicação, que objetiva a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 9 trens de 8 carros da série 9000 da CPTM, com fornecimento de materiais e insumos, aferidos por padrões pré-definidos de qualidade, confiabilidade e disponibilidade, adjudicando o seu objeto ao CONSÓRCIO TMTTREN 9000, composto pelas empresas TEMOINSA DO BRASIL LTDA., MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A e TRAIL INFRAESTRUTURA LTDA, com o valor total de R\$ 68.910.604,13 (sessenta e oito milhões, novecentos e dez mil, seiscentos e quatro reais e treze centavos), na base agosto/2018 e prazo de execução de 48 (quarenta e oito) meses. O orçamento atualizado desta contratação, com base na regra prevista no edital, corresponde a R\$ 143.892.540,63 (cento e quarenta e três milhões, oitocentos e noventa e dois mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta e três centavos), tendo sido apurado na licitação o montante de R\$ 68.910.604,13 (sessenta e oito milhões, novecentos e dez mil, seiscentos e quatro reais e treze centavos), representando uma redução de 52,10%, na base agosto/2018. A presente homologação, para ciência do Conselho de Administração, embora com valor inferior a R\$ 70 milhões de reais, tem o objetivo tão somente informativo uma vez que por

ocasião da 301ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 30/06/2018, o CONSAD autorizou a publicação do Edital da respectiva Concorrência Internacional nº 8411173011, cujo orçamento acima mencionado ultrapassava o limite de R\$ 70 milhões. 7 – Resumo dos Trabalhos – Sindicâncias e Grupos de Trabalho. O Sr. Evaldo José dos Reis Ferreira distribuiu aos Srs. Conselheiros o Sumário Executivo que trata das recomendações dos trabalhos de sindicâncias e grupos de trabalho. 8 – Auditoria – Foi apresentado e discutido o resumo das Recomendações da Auditoria Interna - mês de janeiro/2019. 9 - Contingências Jurídicas Relevantes – janeiro/2019, o Sr. Rogério Felipe da Silva fez uma exposição acerca das ações judiciais relevantes em andamento esclarecendo as dúvidas dos Senhores Conselheiros. 10 – Relatório Gerencial – janeiro/2019 - foi distribuído aos Senhores Conselheiros exemplar do Relatório Mensal da Companhia relativo ao mês de janeiro de 2019, cujo conteúdo mereceu criteriosa apreciação do Colegiado. 11 – O conselheiro Francisco Eduardo de Holanda Bessa lembrou a necessidade de que a companhia estabeleça mecanismos com vistas a dar cumprimento ao inciso III do art. 13 da Lei 13.303/2016, quanto à necessidade de estabelecimento de mecanismos de avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês. 12 - Ofício Circular CODEC nº 001/2019 – Decretos Estaduais nºs: 64.068/2019 - Estabelece diretrizes para suspensão e reavaliação de convocações públicas para a celebração de contratos de gestão com organizações sociais; 64.067/2019 - Estabelece diretrizes para reavaliação e cancelamento das transferências de recursos que especifica no âmbito do Poder Executivo; 64.066/2019 - Estabelece diretrizes para reavaliação e renegociação de contratos visando a redução das despesas que especifica no âmbito do Poder Executivo; 64.065/2019 - Institui Comitê Gestor do Gasto Público para otimização das despesas e redução de gastos no âmbito do Poder Executivo e dá providências correlatas; 64.070/2019 - Altera o Decreto nº 41.165, de 20 de setembro de 1996, para incluir a prévia manifestação da Secretaria de Governo nas contratações que especifica; 64.069/2019 - Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, na forma que especifica; 64.059/2019 - Dispõe sobre as alterações de denominação, transferências e desativações que especifica e dá providências correlatas; 64.030/2019 - Estabelece diretrizes para a atualização cadastral do Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI, altera dispositivos do Decreto nº 61.163, de 10 de março de 2015, que reformula o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado -SGPI, e dá providências correlatas – Os Senhores Conselheiros tomaram conhecimento do teor dos respectivos Decretos Estaduais de forma a tornar vinculante as determinações constantes dos mencionados Decretos. 13 – Outros assuntos de interesse - O Senhor Diretor Presidente e Conselheiro, Pedro Tegon Moro, apresentou a proposta de destituição do Senhor José Carlos Piantola – Matrícula nº 92.005.176-6, que ocupa o cargo de Gerente de Auditoria Interna nesta Companhia, na condição de empregado demissível “ad nutum”, tendo em vista a necessidade de renovação e fortalecimento da função de auditoria interna da Companhia. A matéria contou com a respectiva aprovação do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, nos termos do artigo 26 - inciso I do Estatuto Social da CPTM. Após debates os Senhores Conselheiros aprovaram o desligamento do referido empregado. O Senhor Presidente do Conselho solicitou a participação dos Diretores e do Gerente Jurídico da Companhia nas próximas reuniões do

continuação da Ata da 308ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração


Conselho de Administração. NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual eu, Sidney Ferreira, Secretário, fiz lavrar a presente ata.



SILVANI ALVES PEREIRA  
Presidente do Conselho



PEDRO TEGON MORO  
Conselheiro



FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA  
BESSA  
Conselheiro



JULIO SERGIO DE SOUZA CARDOZO  
Conselheiro



MARIA LINA BENINI  
Conselheira



ANDRÉ LUIS GROTTI CLEMENTE  
Conselheiro



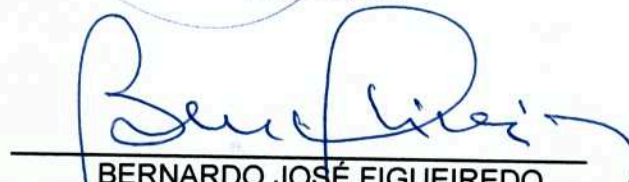
ADAILTON FERREIRA TRINDADE  
Conselheiro



CARLOS PEDRO JENS  
Conselheiro



DANILO FERREIRA GOMES  
Conselheiro



BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO  
GONÇALVES DE OLIVEIRA  
Conselheiro



ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO  
Conselheiro



SIDNEY FERREIRA  
Secretário